



## 1ª Reunião da Rede de Priorização do 1º Grau

### Memória de Reunião (Justiça Estadual)

Data: 06.05.2015

Início: 14h

Término: 18h

ESCOLHA DO COORDENADOR. Para coordenação dos trabalhos foi indicada SÔNIA e como relator JOÃO MATOS JÚNIOR. Na sequência, passou-se aos debates e contribuições sobre as linhas de atuação. ALINHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO. Não há como falar do alinhamento sem a discussão com os magistrados e servidores sobre os projetos em implementação pelas administrações dos tribunais conforme as linhas dos seus respectivos planejamentos estratégicos. **Deliberação. Solicitar ao CNJ que crie um questionário para consolidar os indicadores de implementação das ações e projetos alimentados no Plano Estratégico voltados à priorização do primeiro grau, estabelecendo-se as seguintes sugestões: Indicadores de Resultado para a Rede de Priorização de 1º Grau. Indicador 1: Percentual de cumprimento da Resolução. Questões: O Tribunal constituiu Comitê de Priorização? (Sim/Não) O Tribunal promove reuniões, encontros e eventos para desenvolvimento do trabalho? (Sim/Não) O tribunal elaborou o Plano de Priorização de Primeiro Grau? (Sim/Não) Fórmula: (quantitativo de respostas SIM nas perguntas 1 a 3) x 100/3. Indicador 2: Percentual de alinhamento as atuações que norteiam a política. Questões: O tribunal definiu objetivos para adequar a força de trabalho? (Sim/Não) O tribunal definiu objetivos para adequar a infraestrutura de tecnologia da informação em 1º Grau? (Sim/Não). O tribunal definiu objetivos para prevenir e racionalizar os litígios em 1º Grau? (Sim/Não). O tribunal promove estudos e pesquisas para aprimorar a justiça? (Sim/Não). O tribunal definiu objetivos para fomentar a capacitação de servidores e magistrados de 1º Grau? (Sim/Não). Fórmula: (quantitativo de respostas SIM nas perguntas 1 a 5) x 100/5. Indicador 3: Índice de cumprimento do Plano de Priorização. Fórmula: Média de cumprimento dos objetivos do Plano de Ação. EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO. GRUPO. Ponderações: redistribuição da força de trabalho com criação da *assessoria virtual* e *lotação virtual dos servidores* das unidades judiciárias com o número menor de demanda. *Lotação mínima* e a *lotação remota* para os cartórios judiciais. **Deliberação. Fixação de metas para os servidores e assim aferir as competências. Promover a lotação remota para as unidades judiciárias. Estabelecimento da carreira jurídica única para os servidores por tribunal. Solicitar que a Corregedoria Nacional faça auditoria nos tribunais para constatação do cumprimento da equalização da força de trabalho entre o primeiro e segundo graus. Aprovação dos indicadores equivalentes aos apresentados pelo CNJ. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. PROPOSTA. Realizar um estudo do custo do acervo dos processos de jurisdição delegada [execuções fiscais e ações previdenciárias] que tramitam na Justiça Estadual para o ressarcimento financeiro****



## 1ª Reunião da Rede de Priorização do 1º Grau

### Memória de Reunião (Justiça Estadual)

Data: 06.05.2015

Início: 14h

Término: 18h

com inclusão no orçamento da União em favor dos tribunais estaduais com destinação obrigatória ao primeiro grau. **Deliberação. Aprovada por maioria.** PROPOSTA. Solicitar ao CNJ que faça uma pesquisa junto aos tribunais sobre o cumprimento das propostas orçamentárias. Monitoramento da execução dos planejamentos dos Comitês orçamentários. **Deliberação. Aprovada à unanimidade.** INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA. Permitir aos tribunais que já possuem o próprio sistema possam compartilhar com o CNJ, por meio da *interoperabilidade*, sem a extinção dos sistemas já existentes. **Deliberação.** Propor a alteração da Resolução 185 para permitir que cada tribunal utilize/desenvolva seus sistemas, estabelecendo apenas critérios mínimos de interoperabilidade. Os comitês deverão eleger como prioridade no planejamento estratégico para Administração dos seus tribunais a observância rigorosa da Resolução 114, adequando sua estrutura física, inclusive segurança, às necessidades do primeiro grau. GOVERNANÇA COLABORATIVA. Propor ao CNJ que seja garantida a participação dos juízes de primeiro grau e, se for o caso, de servidores nas comissões e comitês permanentes dos tribunais. **Deliberação. Aprovada à unanimidade.** Propor ao CNJ a criação de um indicador para medir a governança colaborativa sob a forma de questionários a respeito da composição efetiva de juízes de primeiro grau nestas comissões. DIÁLOGO SOCIAL E INSTITUCIONAL. Incentivar a criação de comissões mistas [magistrado, promotores, advogados, servidores, defensores públicos] para discussão dos problemas da Comarca, comunicando ao respectivo tribunal. PREVENÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE LITÍGIOS. Propor ao CNJ que assuma o papel de interlocutor nacional do Poder Judiciário junto às agências reguladoras e grandes demandantes para que aquelas façam cumprir as decisões judiciais pacificadas. **Deliberação. Aprovada por maioria.** Cobrar dos tribunais a instalação dos CEJUSCs com estrutura física e de pessoal necessários. **Deliberação. Aprovada à unanimidade.** ESTUDOS E PESQUISAS. FORMAÇÃO CONTINUADA. Propor aos tribunais que estabeleçam critérios objetivos para autorização de afastamento de seus magistrados e servidores para fins de realização de curso de pós-graduação. Propor aos tribunais a realização de ao menos uma pesquisa anual sobre causas e conseqüências do mau funcionamento do respectivo judiciário de primeiro grau e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões.